



LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

**UMA ANÁLISE DO IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS ATIVIDADES
DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE**

Ingride Guilhermina Resky¹
Joana D'arc Medeiros Martins²

RESUMO

Diante dos novos cenários a tecnologia da informação tem tido um avanço relevante, atingindo também a contabilidade, onde vem estabelecer novas formas de trabalho aos profissionais contábeis. Dessa forma, o fisco também resolve aderir a essa nova era tecnológica com a adoção do Sistema Público de Escrituração Digital. A presente pesquisa teve por objetivo analisar o impacto das novas tecnologias na atividade dos profissionais de contabilidade. A metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo teve uma abordagem de natureza qualitativa, se enquadrando como descritiva e exploratória, e dos procedimentos adotados para responder o objetivo proposto, foram aplicado um questionário aos profissionais de Administração e Contabilidade. Após obter a coleta dos dados, os mesmos foram analisados e demonstraram que, o nível de conhecimento desses profissionais alcançou o resultado esperado para um curso de Pós Graduação, ou seja, uma parte significativa dos entrevistados tiveram a oportunidade de aliar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, com a realidade do mercado de trabalho. Onde foram evidenciados também, que os profissionais que já atuam na área, ou que, estão concluindo a Pós Graduação, detêm um maior conhecimento a cerca do assunto abordado representando um percentual de 37,50%. Após o estudo, concluiu-se na profissão contábil é de suma importância à aprendizagem continuada

¹ Discente do Curso de Pós Graduação Especialização em Gestão Fiscal e Tributária do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

² Docente e Professora Orientadora do Curso de Pós Graduação Especialização em Gestão Fiscal e Tributária do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

para uma melhor qualificação profissional, onde a mesma deve ser iniciada na instituição de ensino, mas, que não se limite apenas a ela.

Palavras-Chaves: Sistema Público a Escrituração Digital, impactos tecnológicos,

ABSTRACT

Faced with new scenarios information technology has had a major breakthrough, reaching also the accounting, which is to establish new ways of working to accounting professionals. Thus, the tax authorities also solves adhere to this new technological era with the adoption of the Public Digital Bookkeeping System. This study aimed to analyze the impact of new technologies in the activity of accounting professionals. The methodology used to develop this study had a qualitative approach and it fits as descriptive and exploratory, and procedures adopted to meet the proposed objective, were applied a questionnaire to professionals Management and Accounting. After obtaining the data collection, they were analyzed and showed that the level of knowledge of these professionals has achieved the expected result for a course of Graduate, ie, a significant portion of respondents had the opportunity to combine the knowledge acquired in the classroom class, with the reality of the labor market. Which it was also evident that the professionals already working in the area, or are completing the Graduate, hold a greater knowledge about the subject matter representing a percentage of 37.50%. After the study, it was concluded in the accounting profession is critical to continued learning for a better professional qualification, where it should begin the educational institution, but not be limited to just her.

Key Words: Public System of Digital Bookkeeping, technological impacts,

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

No que diz respeito às diversas e constantes novidades que vem ocorrendo na área profissional, que envolve a contabilidade, pode-se dizer que o nível de mudanças é tão acelerado e de certa forma tão complexo, principalmente para aqueles que não detêm da informação recebida de maneira correta e também não possuem as ferramentas tecnológicas adequadas, que se visualiza então o recebimento e processamento dessas informações de maneira não tão eficaz.

Dessa forma pode-se dizer que dentro das empresas existe ainda grande resistência e até certa dificuldade para que todas essas informações de mudanças, que envolvem tanta tecnologia, sejam compreendidas e executadas de maneira hábil, uma vez que seus profissionais chegam com uma bagagem teórica relativamente boa, porém com as mudanças recentes acabam tendo que fazer pequenas reciclagens para assimilar tudo e assim por em prática.

Diante disso, faz-se uma análise do nível de conhecimento dos profissionais de Pós Graduação, que recebem inúmeras informações sobre as mudanças da tecnologia que abrangem a contabilidade e principalmente os contadores que acabam tendo que correr contra o tempo para chegar ao mercado de trabalho tendo em mente os princípios básicos que envolvem todas essas novidades.

Porém sabemos que o que é abordado em sala de aula, se distancia da realidade, já que todo esse processo engloba não somente as empresas, mas principalmente as instituições públicas que visam um maior e mais efetivo controle fiscal e tributário, atingindo entre outras as empresas de softwares que precisam atualizar todos os programas e bancos de dados para que assim exista uma adaptação das empresas para as novas exigências do fisco.

Contudo nota-se uma complexidade nesse processo fiscal tributário, o que dificulta a absorção por parte dos profissionais das informações que são passadas de forma genérica, podemos assim dizer que diante dessas inovações da contabilidade digital, o nível de conhecimento dos profissionais em relação às novas tecnologias está cada vez mais baixo dentro das salas de aulas.

Aos Administradores fica um leque variado de transmissão dessas novas informações por parte da universidade, seja na aula, em seminários, congresso, já para os contadores resta se qualificar mais no mercado de trabalho com o que foi aprendido em sala de aula e buscar constantes atualizações de maneira rápida para atender as necessidades de seus clientes.

“Mais importante do que possuir a tecnologia, é fazer bom uso dela. Isso nos torna mais competitivos enquanto profissionais, empresas e nação” (DUARTE, 2009, p. 31).

Diante dos novos cenários voltados para a contabilidade, a tecnologia vem tendo um avanço extremo e com a implantação de novos programas de adaptação nas coletas de dados. O Sistema Público de Escrituração Digital é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (art. 2 do Decreto nº 6.022/07). Dessa forma, o objetivo do estudo foi analisar o impacto das novas tecnologias nas atividades dos profissionais de contabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SEU AVANÇO PRIMORDIAL

A tecnologia vem tendo mudanças aceleradas no mundo globalizado, seu avanço é cada vez maior em busca das informações em tempo real com a informática e internet, pode-se afirmar que dentro da contabilidade essa evolução está muito presente.

Com a evolução constante da tecnologia os computadores tem se tornado cada vez mais utilizados no mundo dos negócios, por essa razão a área contábil tem sido impactada por estes aspectos. Sobre isto, relata Cornachione Jr. (2001, p.105): “hoje não é mais possível aceitar o eficaz desempenho profissional em um amplo leque de atividades econômicas, científicas e educacionais, e mesmos esportivas, sem o apoio da informática, a contabilidade não foge a regra”.

Diante de tantas inovações o mercado competitivo exige do profissional da área contábil, uma maior qualificação no processo de gestão para tomadas de decisão se munindo de todo esse aparato tecnológico que estiver ao seu alcance.

Mediante as relevantes mudanças no cenário globalizado, hoje o setor de TI em uma organização não está voltado apenas para atender as solicitações exigidas como: realizações de reparos em máquinas ou fazer manutenção em equipamentos, mas sim em buscar novas soluções de implantações e criação de novos softwares como ferramentas de melhorias aos procedimentos a serem realizados nos processos de gestão.

Esta “Nova Era” é marcada pela enorme influência das habilidades humanas no que diz respeito ao uso da tecnologia para se obter informações, analisá-las, sintetizá-las, interpretá-las e comunicá-las; tanto no processo de geração de riqueza quanto de sua mensuração (DUARTE, 2009, p. 31).

Neste contexto pode-se visualizar que muitas empresas têm utilizado da TI como uma forma de diferencial entre o mercado competitivo, pois com informações precisas, seguras e em tempo real é possível identificar o que acontece mundo a fora e ao mesmo tempo oferecer melhor atendimento aos clientes. Destacando-se quem assim acompanhar as exigências das novas mudanças tecnológicas perante as inovações que impactam a área contábil nas várias mudanças.

Para que as empresas garantissem o seu pleno funcionamento em relação ao novo processo de contabilidade tributária, foram necessários investimentos na área de tecnologia, porém sabe-se que essas mudanças tecnológicas seguem, pois novos projetos continuam sendo desenvolvidos e implantados dentro da área. Todo esse avanço tecnológico trouxe valorização para o profissional da área contábil, que hoje tem uma maior responsabilidade, e que precisa estar sempre atualizado com as constantes mudanças na legislação vigente, desenvolvendo assim o seu intelectual, principalmente na assessoria das informações, sendo um grande parceiro na tomada de decisões junto ao seu cliente.

2.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

O SPED é uma revolução a modernização das obrigações transmitidas ao governo, é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (DECRETO 6.022 DE 2007). A entrega dessa obrigação acessória se dar através do certificado digital para se garantir a validade jurídica.

Há alguns anos venho afirmando que estamos vivenciando a segunda onda de transformações empresariais. O SPED, em minha visão, é uma ferramenta tecnológica para inserção das autoridades fiscais na Era do Conhecimento; e esse movimento conduzirá toda a sociedade para o mesmo sentido (DUARTE, 2009, p. 31).

De acordo com o autor Duarte (2009, p. 70) O projeto SPED está consolidando-se graças à atuação histórica das autoridades fiscais, no que tange o relacionamento com o setor privado. O clima de parceria é marcante nas reuniões do grupo de trabalho do SPED, de forma que as empresas participantes dos projetos-piloto estão conseguindo modernizar suas estruturas de controladoria e, ao mesmo tempo, atender às demandas do fisco eletrônico. Ou seja, empresas e autoridades estão trabalhando baseadas em uma relação “ganho-ganha”, até então inédita em nosso País.

Segundo informações no site da Receita Federal no que se refere ao SPED:

De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Dentre as medidas anunciadas pelo Governo Federal, em 22 de janeiro de 2007, o Projeto do Sistema Público de Escrituração Digital que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento Governo Federal (PAC 2007-2010) tem

vido um dos assuntos mais discutidos e abordados na área contábil, fiscal e tecnológica devido a sua complexidade de informações.

2.3 SPED FISCAL OU ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

A Escrituração Fiscal Digital – EFD, instituída pelo Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006, com as alterações realizadas pelos Convênios ICMS nº 123/07 e 13/08 e Ajuste SINIEF nº 02/09, alterado pelos Ajustes SINIEF nº 02/10 e 05/10, que trata o uso obrigatório contribuintes do ICMS e IPI.

Conforme Cláusula primeira do Convênio 143/06, no que trata o SPED Fiscal ou Escrituração Fiscal Digital - EFD:

Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital - EFD, em arquivo digital, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

Das alterações da Cláusula primeira do Convênio 143/06, pelo Convênio 123/07:

Renumerado o parágrafo único para § 1º pelo Conv. ICMS 123/07, efeitos a partir de 24.10.07.

§ 1º Considera-se a EFD válida para os efeitos fiscais após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém.

Acrescido o § 2º à cláusula primeira pelo Conv. ICMS 123/07, efeitos a partir de 24.10.07.

§ 2º A recepção e validação dos dados relativos à EFD serão realizadas no ambiente nacional Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com imediata retransmissão à respectiva unidade federada.

Acrescido o § 3º à cláusula primeira pelo Conv. ICMS 123/07, efeitos a partir de 24.10.07.

§ 3º Observados os padrões fixados para o ambiente nacional SPED, em especial quanto à validação, disponibilidade permanente, segurança e redundância, faculta-se às Secretarias Estaduais de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal recepcionar os dados relativos à EFD diretamente em suas bases de dados, com imediata retransmissão ao ambiente nacional SPED.

No arquivo SPED deverá obrigatoriamente conter todos os registros dos documentos fiscais de entradas e saídas, referente ao período de apuração dos impostos de ICMS e IPI, conforme descreve a Cláusula sexta do Convênio 143/06:

Cláusula sexta. O arquivo digital conterà as informações dos períodos de apuração do imposto e será gerado e mantido dentro do prazo estabelecido pela legislação de cada unidade federada e SRF.

Estabelece ainda o referido Convênio que o contribuinte deve manter todos os documentos fiscais que deram origem à escrituração, na forma e prazos estabelecidos para a guarda de documentos fiscais na legislação tributária, observados os requisitos de autenticidade e segurança nela previstos.

Conforme Publicação no Diário Oficial da União - DOU de 16/04/2010, retifica-se a cláusula primeira do Ajuste SINIEF 02/10, de 26 de março de 2010, publicado no DOU de 1 de março de 2010, Seção 1, página 13:

onde se lê: "Cláusula primeira O § 3º da cláusula primeira do Ajuste SINIEF 02/09, de 3 de abril de 2009, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"§ 3º O contribuinte deverá utilizar a EFD para efetuar a escrituração do:

VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP -, modelos "C" ou "D"."

leia-se: "Cláusula primeira O § 3º da cláusula primeira do Ajuste SINIEF 02/09, de 3 de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"§ 3º O contribuinte deverá utilizar a EFD para efetuar a escrituração do:

I - Livro Registro de Entradas;

II - Livro Registro de Saídas;

III - Livro Registro de Inventário;

IV - Livro Registro de Apuração do IPI;

V - Livro Registro de Apuração do ICMS;

VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP - modelos "C" ou "D"."

O Ajuste SINIEF 02/09, alterado pelo Ajuste SINIEF 05/10 para que as disposições relativas as informações constantes da EFD aos livros fiscais e ao documento CIAP – Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente fossem

adequadas a nova nomenclatura do arquivo digital, que passou a se denominar apenas CIAP.

I - o inciso VI do § 3º da cláusula primeira:

“VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP.”;

2.4 SPED CONTÁBIL OU ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Por meio da Instrução Normativa Receita Federal do Brasil (RFB) nº 787 de 2007, foi instituída Escrituração Contábil Digital - ECD, um novo sistema, sendo que sua transmissão é eletrônica, contendo as movimentações contábeis. Conforme o artigo 2º da IN RFB, a ECD abrangerá assim os seguintes livros: Livro Diário e seus auxiliares, se houver, livro Razão e seus auxiliares, se houver, livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamentos comprobatórias dos registros neles transcritos.

Para Duarte (2009, p. 130) os problemas tecnológicos mais freqüentes estavam relacionados com as validações de arquivos, de transmissão e de uso de certificados digitais. Uma vez superados esses obstáculos, tornou-se evidente quem pode comprometer a empresa: os contábeis.

Portanto, observa-se que mais que cobrar das áreas tecnológicas a geração do arquivo, as empresas precisam repensar seus processos gerenciais e aplicar os princípios e normas contábeis vigentes em sua escrituração, lembrando que, em hipótese alguma, tais fundamentos foram revogados ou alterados pelo SPED, completa Duarte (2009).

2.7 EFD PIS E COFINS

Institui a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pela Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010, alterada pela Instrução Normativa

RFB nº 1.085, de 19 de novembro de 2010 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.161, de 31 de maio de 2011.

Art. 1º Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - (EFD-PIS/Cofins), para fins fiscais, de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A EFD-PIS/Cofins deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém.

Em relação a obrigatoriedade para adotar a EFD-PIS/COFINS, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, conforme o Art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010 :

I - em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2011, as pessoas jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 2.923, de 16 de dezembro de 2009, e sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real; (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.085, de 19 de novembro de 2010)

II - em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2011, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;

III - em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado.

§ 1º Fica facultada a entrega da EFD-PIS/Cofins às demais pessoas jurídicas não obrigadas, nos termos deste artigo, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2011. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.085, de 19 de novembro de 2010).

§ 2º A obrigatoriedade disposta neste artigo aplica-se às pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012.

§ 3º As declarações e demonstrativos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), exigidos das pessoas jurídicas que tenham apresentado a EFD-PIS/Cofins, em relação ao mesmo período, serão simplificados, com vistas a eliminar eventuais redundâncias de informação.

No que diz respeito a assinatura do documento eletrônico, a sua autenticidade e garantia, descreve a seguinte redação o artigo 2º da Instrução Normativa nº 1.052, de 5 de julho de 2010:

Art. 2º A EFD-PIS/Cofins emitida de forma eletrônica deverá ser assinada digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador constituído nos termos da Instrução Normativa RFB nº 944, de 29 de maio de 2009, utilizando-se de certificado de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria do documento digital.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho, atendendo as tipologias de pesquisas existentes, de acordo com tema - Uma análise do impacto das novas tecnologias nas atividades dos profissionais de contabilidade, quanto aos objetivos será desenvolvida uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Na pesquisa exploratória, o desenvolvimento busca um conhecimento mais aprofundado do que está sendo abordado de acordo com os objetivos do trabalho, visando uma abordagem clara em suas informações, que são relevantes para que se possa ter uma visão geral do assunto em questão, que na maioria das vezes é de pouco conhecimento, e na pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever, analisar características do problema de pesquisa.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Devido à complexidade das informações a serem analisadas, a análise dos dados será realizada por meio de amostra, pois segundo Beuren, citado por Marconi e Lakatos (2006, p. 120) “a amostra é um subconjunto da população, uma parcela convenientemente selecionada no universo a ser pesquisado”.

Dessa forma, a empresa na qual será desenvolvida o estudo sobre a temática abordada, será em uma instituição de nível superior do curso de Pós Graduação situada na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte.

3.3 DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Quanto aos procedimentos de pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, em que se tem como base materiais já elaborados, tais como: livros, legislação, sites internet, entre outros.

Em relação à abordagem da pesquisa, esta foi do tipo qualitativa, a qual se exige análises mais profundas em relação ao problema de pesquisa que está sendo estudado. Contudo no estudo de pesquisa desenvolvido foram elaboradas as diversas mudanças tecnológicas, sendo analisado o seus impactos para os profissionais da contabilidade.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foram feita mediante aplicação de questionários contendo 12 perguntas, direcionados aos profissionais curso da Pós Graduação de Gestão Fiscal e Tributária, sendo que aos contadores foi aplicado 31 questionários e 7 aos administradores, em um todo foram aplicados 38 questionários , os quais foram elaborados a partir de publicações em livros, artigos, periódicos e publicações na internet de estudiosos que pesquisaram sobre o assunto abordado.

3.5 TRATAMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS

Os dados da pesquisa em estudo, foram analisados com base na aplicação de questionários, e iniciou-se a fase de tabulação dos dados, por meio do Software Excel. Onde foi extraído os dados dos gráficos.

Segundo Beuren, citado por Gil (1999, p. 130):

Define o questionário como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas,

A presente pesquisa teve a análise dos resultados obtidos durante o processo de coleta de dados, a qual foi realizada a partir da sistematização desses resultados, por meio de gráficos, onde foi feita extraído opinião dos entrevistados, os quais foram os profissionais do curso da Pós Graduação Gestão Fiscal e tributária.

4 ANÁLISE

4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A pesquisa desenvolvida sobre a temática abordada foi realizada em uma única instituição de ensino superior, no curso de pós graduação, localizada na cidade de Natal/RN, com os profissionais de contabilidade.

4.2 ANÁLISE DO DADOS

4.2.1 ANÁLISE DO PERFIL DA AMOSTRA.

No decorrer deste subcapítulo demonstra-se o perfil dos profissionais aos quais foram aplicados os questionários. No gráfico abaixo, evidencia-se a faixa etária de idade dos profissionais.

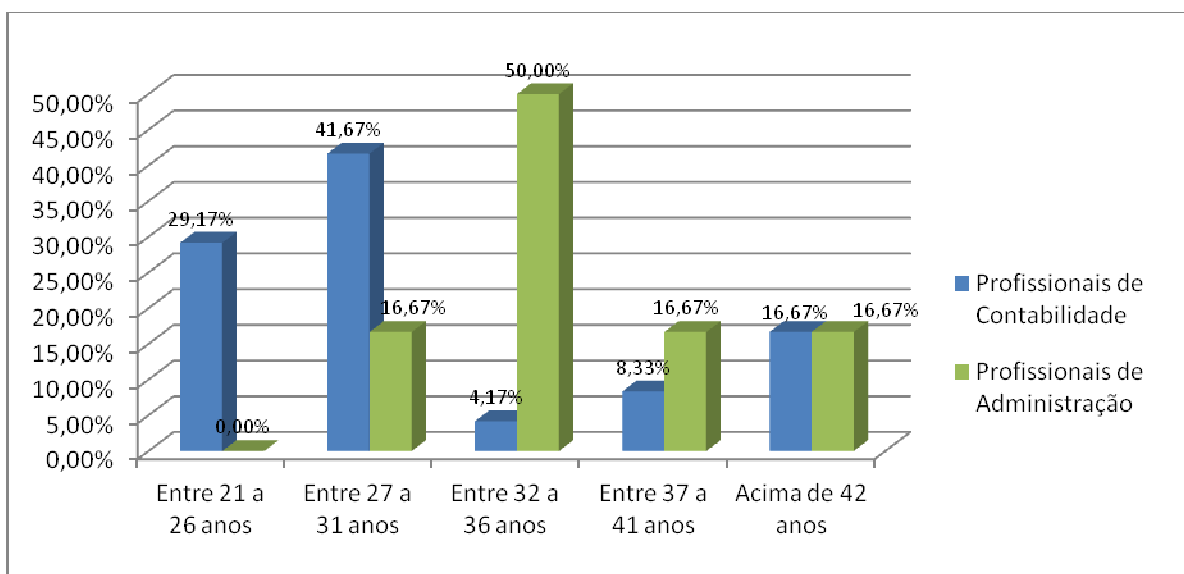


Gráfico 1: Faixa etária de idade

Fonte: Autora

No que se refere ao perfil da amostra analisada, observa-se que a faixa etária dos profissionais de contabilidade, concentra-se entre 27 a 31 anos, ou seja, corresponde a 41,67% do total de entrevistados. Já a faixa etária dos profissionais de administração, conseqüentemente apresenta-se entre uma faixa mais elevada, ou seja, 50% estão na faixa de 32 a 36 anos.

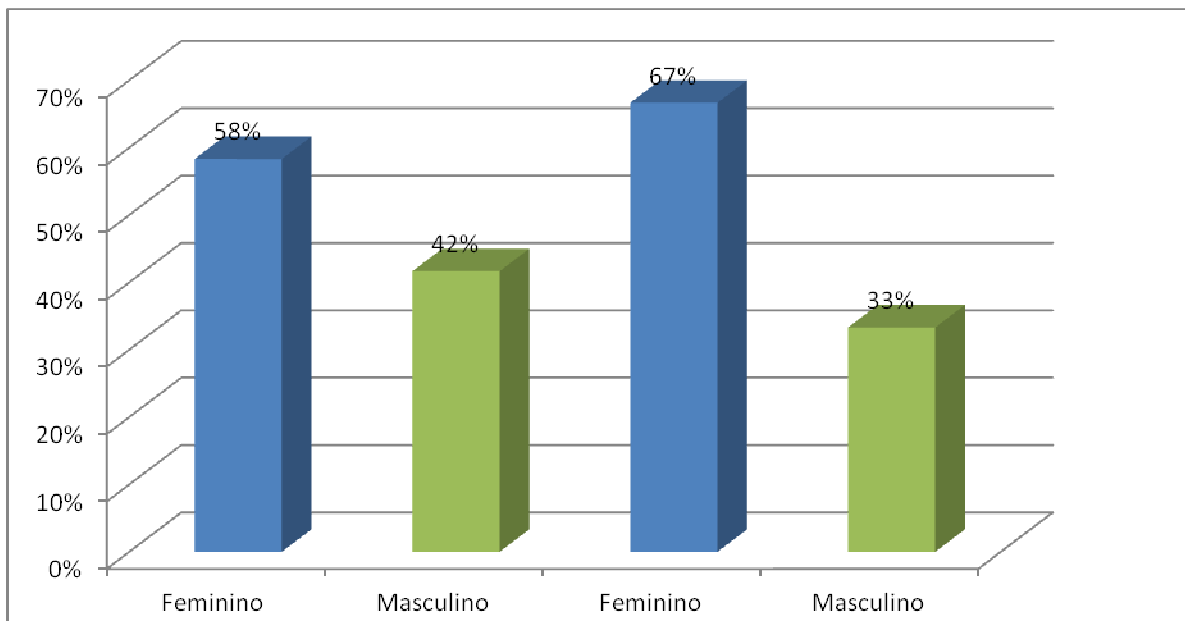


Gráfico 2: Sexo
Fonte: Autora

Percebe-se que a maioria dos entrevistados de ambas os profissionais é do sexo feminino. Na Contabilidade, o sexo feminino tem a participação de 58%, enquanto o sexo masculino corresponde a 42%. Já com relação aos profissionais de Administração, destaca-se a presença feminina, o que corresponde a 67% dos respondentes, e a presença masculina representa 33%, ou seja, o número de mulheres é bem relevante, uma vez que, elas estão ganhando cada vez mais espaço no mercado.

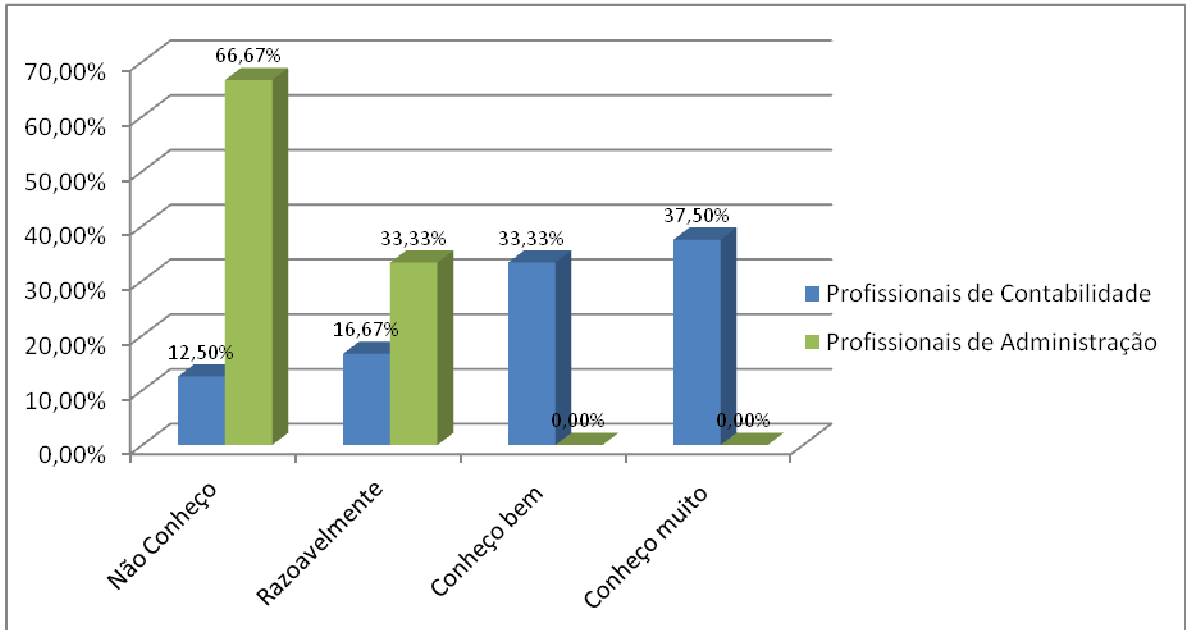


Gráfico 3: Você tem conhecimento sobre o Sistema Público de Escrituração Digital SPED?

Fonte: Autora

No gráfico acima, evidencia-se que a minoria dos profissionais da contabilidade declarou não conhecer o SPED, o que corresponde a 12,50% dos entrevistados, enquanto 37,50% afirmam conhecer muito bem. Já com relação aos profissionais de administração, observou-se uma participação significativa em relação a não conhecerem o SPED, onde esse resultado corresponde a 66,67% dos respondentes, enquanto 33,33% dizem conhecerem razoavelmente o SPED. Ou seja, os dados apontam que os profissionais de contabilidade detêm mais conhecimentos ou informações sobre a realidade vivenciada nas empresas.

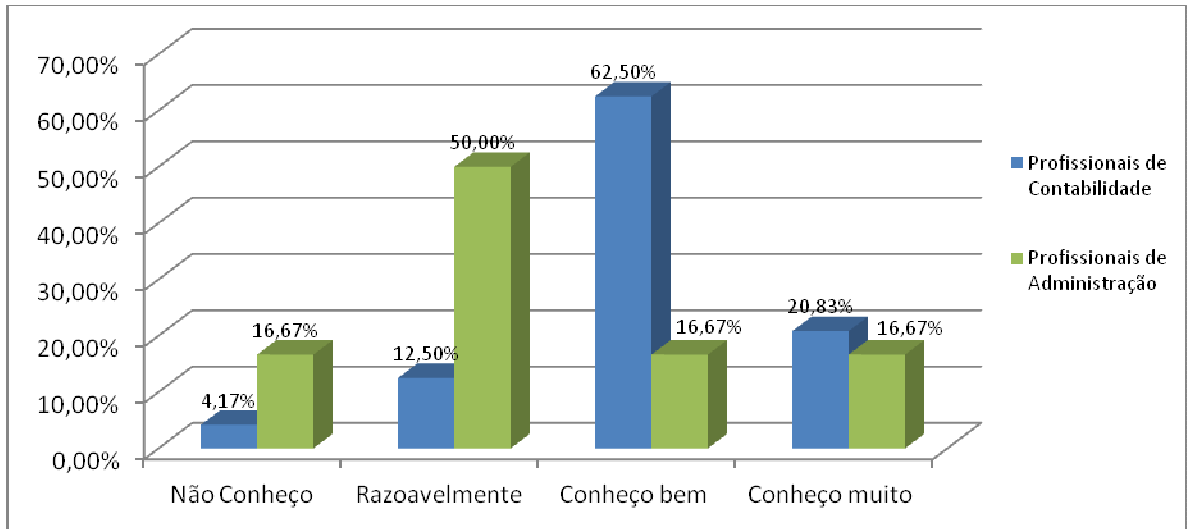


Gráfico 4: Você tem conhecimento sobre a nota fiscal eletrônica NF-e?

Fonte: Autora

A respeito da nota fiscal eletrônica, os dados apresentados no gráfico 5, demonstra que, os profissionais entrevistados de Contabilidade declaram conhecer bem sobre a NF-e, representando um percentual de 62,50%, como também parte desses profissionais apresentando o percentual de 20,83%, no qual afirmam conhecer muito a NF-e, e 4,17% dizem não conhecer a nota fiscal eletrônica. Ou seja, um resultado bastante considerável para os profissionais de Pós Graduação e com uma bagagem relevante já que estão atuando na área

Entretanto, ainda de acordo com o gráfico acima, pode-se notar que os profissionais de administração afirmam conhecer a nota fiscal eletrônica razoavelmente, com a participação de 50%, enquanto 16,67% declaram não conhecer a NFe, ou seja, uma parte significativa desses profissionais, demonstram ter uma vivência relevante da informação, devido a maioria não atuar na área de contabilidade.

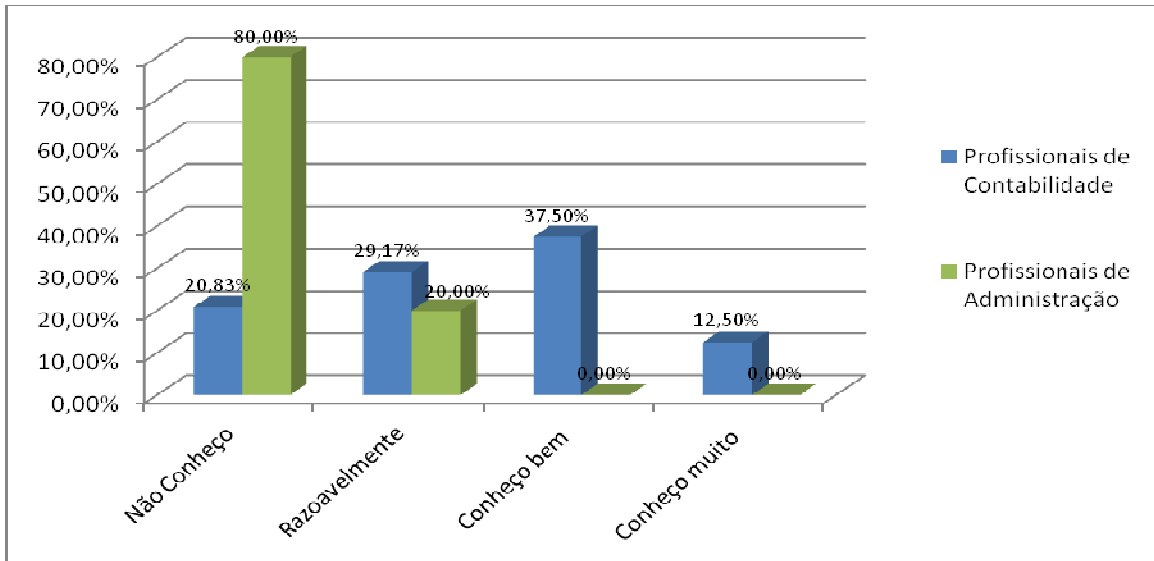


Gráfico 5: Você tem conhecimento sobre o SPED Contábil?

Fonte: Autora

Quando questionados sobre o conhecimento do SPED Contábil, foi constatado que 20,83% dos profissionais de contabilidade entrevistados declararam não conhecer o SPED Contábil, embora 37,50% afirmam conhecê-lo bem. Com relação aos profissionais de administração foi percebido que os mesmos detêm um conhecimento menor a cerca do assunto, onde 80% alegaram não conhecer o SPED contábil. Isso demonstra que há um conhecimento considerável aos profissionais de contabilidade.

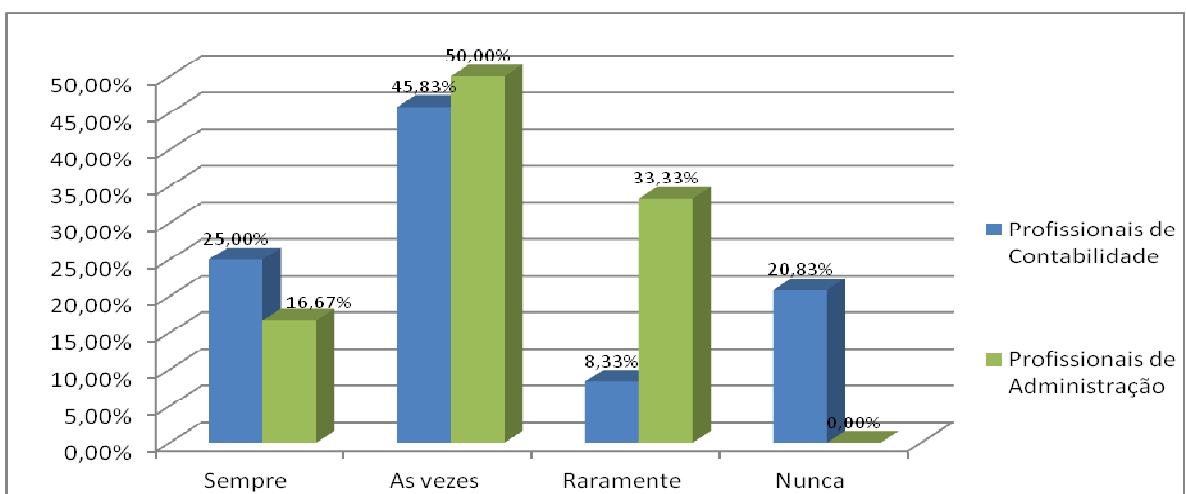


Gráfico 6: Na sua opinião os professores abordam as novas tecnologias voltadas para contabilidade, dentro da sala de aula?

Fonte: Autora

Foi questionado ainda aos profissionais, se na opinião deles, os professores abordavam temas sobre as novas tecnologias voltadas para a contabilidade dentro da sala de aula, ou seja, se na instituição de ensino, era possível ter um conhecimento sobre o que vem acontecendo de novo na profissão contábil e quais as ferramentas que o fisco vem se utilizando para monitorar as empresas de uma forma mais eficaz. No entanto, os resultados demonstram que há fragilidade neste contexto. Pois os dados levantados apontam que 45,83% dos profissionais de contabilidade relataram que “as vezes” temas como estes são abordados, profissionais de administração cerca de 50% também concordam que as vezes esses temas são discutidos em sala. Pode-se dizer que uma coisa é o profissional ouvir falar do SPED, outra coisa é conhecer através de execução, por isso houve essa concórdia de ambas turmas.

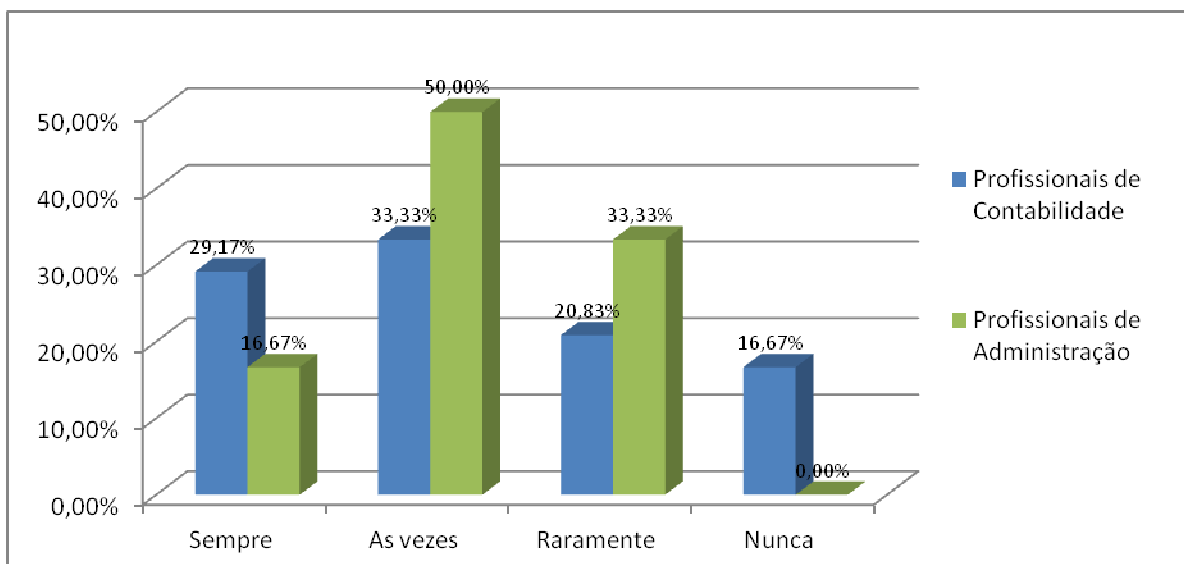


Gráfico 7 - Na sua percepção (opinião) com que frequência a faculdade promove encontros, palestras seminários internos sobre SPED/NFE.

Fonte: Autora

Dos entrevistados que são profissionais de contabilidade, 33,33% relatam que somente “as vezes” a faculdade promove eventos extra curricular, entretanto os profissionais de administração representa 50% desse quadro de informação, percebe-se que esses profissionais estão tendo uma certa distância, do que se diz respeito a qualificação intelectual vindo da faculdade, no entanto muitos ainda depende da instituição de ensino, na busca de informação sobre o que acontece de novo do curso escolhido, diante disso nota-se que a faculdade está de certa forma

fragilizada, em se tratando de promover eventos, que nesse contexto a ausência desses eventos, poderá vir refletir no aprendizado desses profissionais.

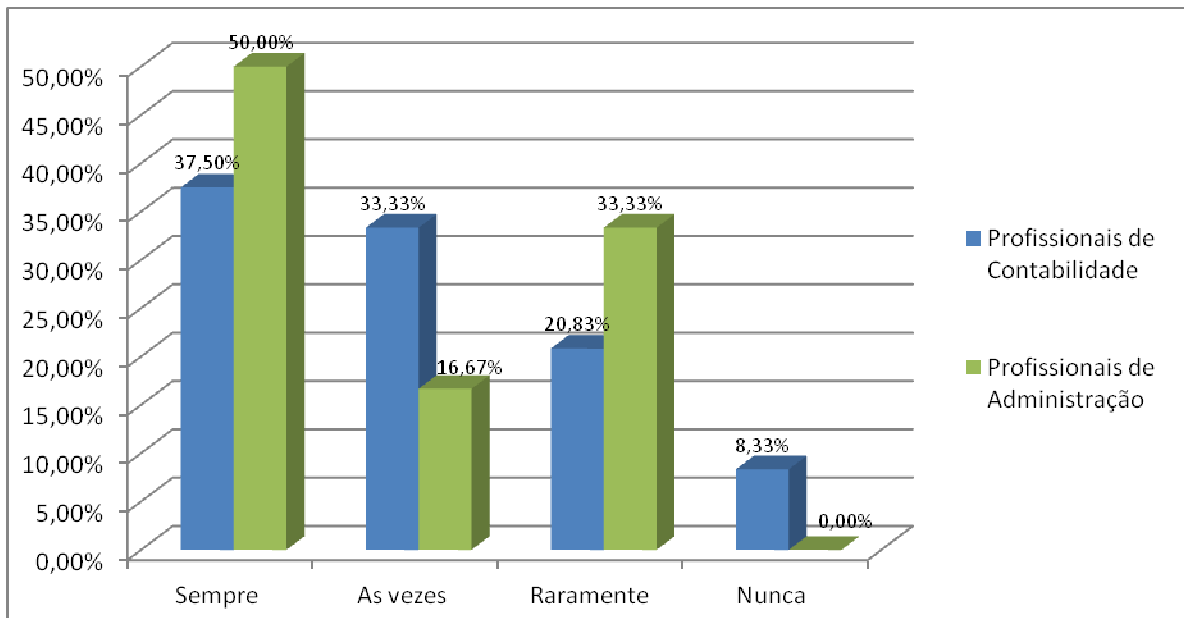


Gráfico 8: Na sua opinião você acha que a faculdade tem aproximado a teoria x prática, no que se trata de contabilidade digital.

Fonte: Autora

Observa-se a partir do gráfico acima, que 37,50% dos profissionais de contabilidade afirmam que “Sempre” a faculdade tem aproximado teoria x prática na contabilidade, enquanto os profissionais de administração tem apresentado, 50% desses dados, ou seja, percebe-se que ambos profissionais estão com o mesmo nível de opinião no que se trata de contabilidade digital, entretanto a instituição tem te alguma forma aproximado mais os profissionais para os novos cenários tecnológicos, e que com isso os mesmo possam usufruir de ferramentas, como uma qualificação mais aprofundada.

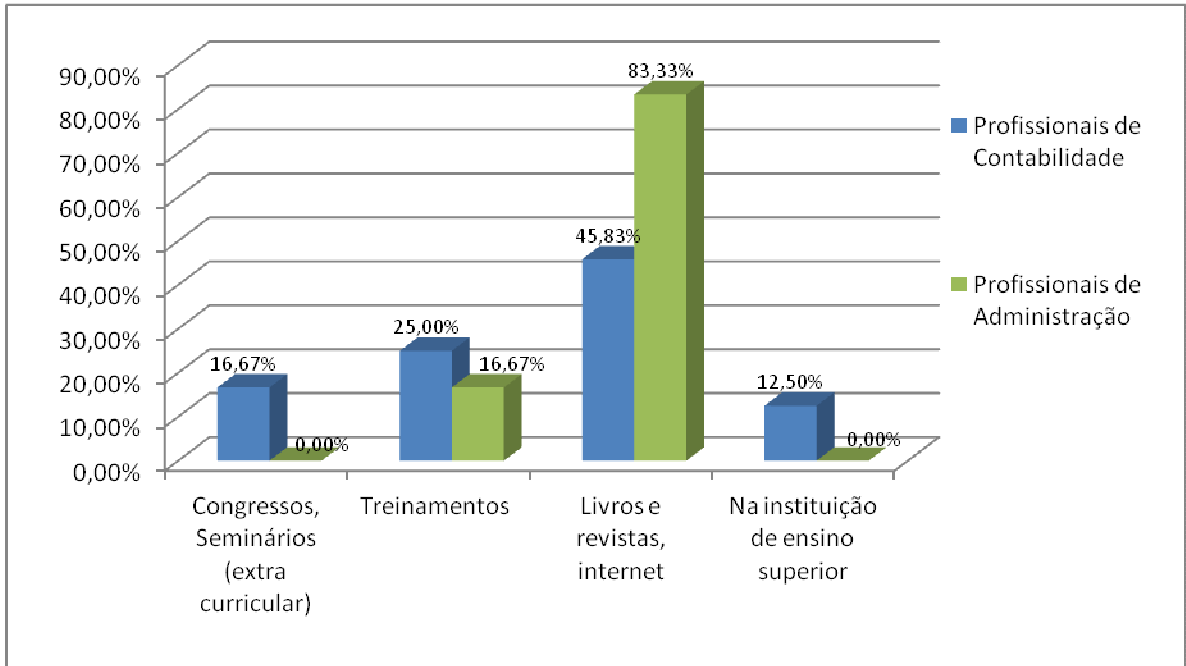


Gráfico 9: Como você ficou sabendo das novas tecnologias voltadas para contabilidade (SPED e NFE).

Fonte: Autora

De acordo com as informações contidas no gráfico 10, 45,83% dos profissionais de contabilidade, afirmam que só ficaram sabendo das novas tecnologias voltadas para a contabilidade através de livros, revistas e internet, e 83,33% dos profissionais de administração também ratificam o mesmo dado levantado, que só tiveram conhecimento através de livros, revistas e internet. O gráfico demonstra também que em ambos profissionais, menos de 15% tiveram conhecimento das novas tecnologias por meio da instituição de ensino, o que ainda não é o percentual esperado, em um curso onde de Pós graduação. Pois as atualizações vem ocorrendo cada vez mais em uma velocidade muito grande. E para isso os profissionais da atualidade precisa está preparado tanto para ingressar-se ao mercado, como para aqueles que já estão atuando na área contábil.

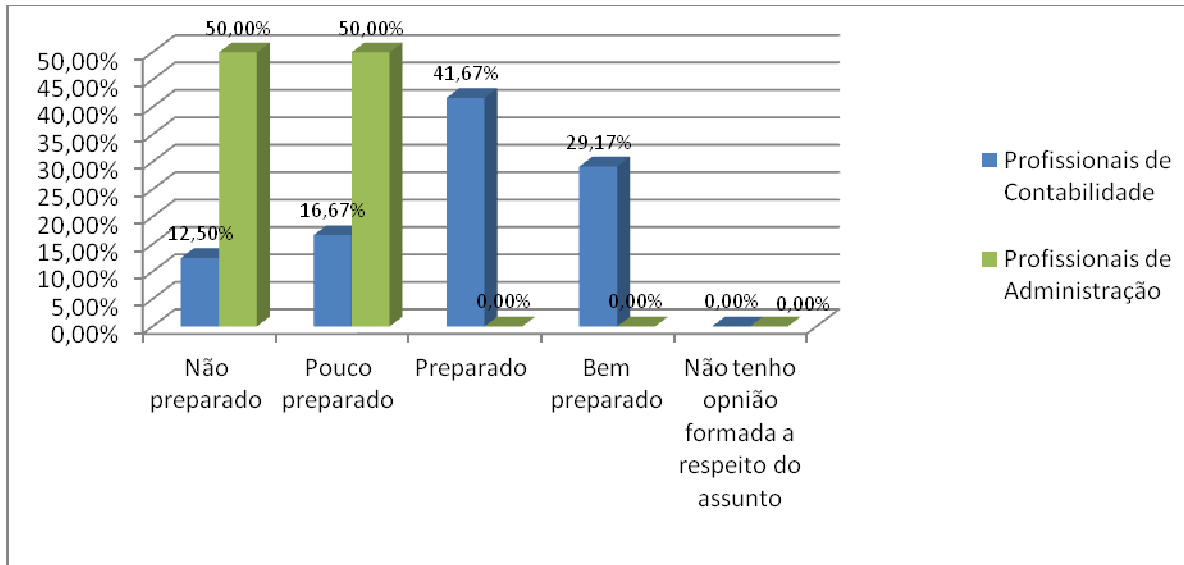


Gráfico 10: Na sua opinião, você se considera preparado para trabalhar com o SPED?
Fonte: Autora

Na presente pesquisa demonstra-se que 41,67% dos profissionais de contabilidade estão preparados para trabalhar com o SPED, e 50% dos profissionais de administração afirmam estarem “não preparado” e “pouco preparado” para trabalhar com o SPED, ou seja, de acordo com dados levantados 29,17% dos contadores dizem estar bem preparados para trabalhar com o SPED. Pode-se dizer que é um dado favorável para esses profissionais, como até mesmo para instituição de ensino, que é através dela que esses estudantes buscam qualificação profissional, pois, hoje é preciso estar preparado para enfrentar os desafios que ocorrem no mercado de trabalho, que atualmente está cada vez mais exigente no recrutamento de profissionais aptos a exercer aos cargos oferecidos pelas organizações empresariais. Nesse contexto os profissionais também precisam buscar qualificação profissional fora da instituição de ensino, como participar de cursos, palestras, pois a preparação só vem mesmo quando se está ingressado no mercado.

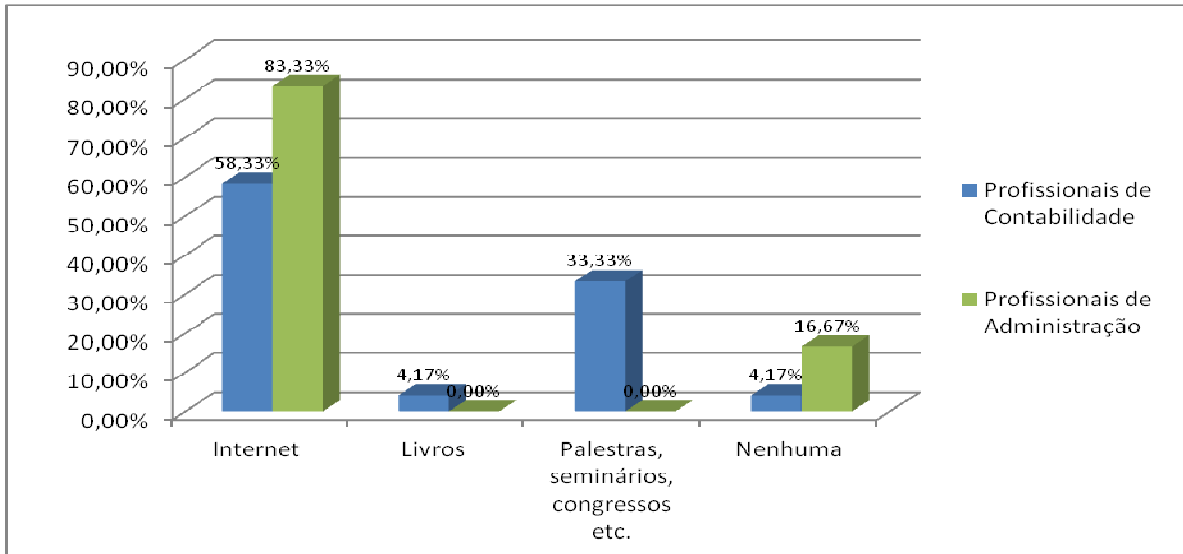


Gráfico 11 - Se tratando de atualidade como costuma saber das alterações na Contabilidade?

Fonte: Autora

Conforme o gráfico acima, dos entrevistados, 58,33% dos contadores declaram que para ter conhecimento das alterações na contabilidade usam a **internet** como ferramenta necessária para se manter informado, e os administradores representa 83,33% alegando também que se utilizam da **internet** como fonte de informação para se manter atualizado das alterações que envolve a contabilidade, entretanto menos de 5% desses estudantes utiliza os livros, devidamente por causa das tendências tecnológicas, e como na contabilidade praticamente tem alterações na legislação todos os dias, por parte dos governos federal, estadual e municipal, seria inviável manter-se atualizado através de livros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o impacto das novas tecnologias na aprendizagem dos profissionais do curso de gestão fiscal e tributária da Pós Graduação, no entanto, a mesma foi realizada em uma única instituição de ensino superior privada, localizado na cidade de Natal/RN, foi feito a aplicação de questionários aos profissionais das turmas mencionadas.

Na busca de atingir os objetivos, através dos questionários aplicados aos profissionais, constatou-se que a contabilidade está passando por um novo cenário tecnológico, e com isso os Pós Graduandos, demonstram que estão preparados para essa nova era chamado SPED.

Com relação ao nível de conhecimentos dos administradores, em se tratando do Sistema Público de Escrituração Digital SPED, verificou-se que a maioria dos profissionais que estão no curso de Pós Graduação gestão fiscal e tributária alegaram não ter conhecimento algum sobre a obrigação acessória instituído em 2007 pelo governo federal, e que parte e a maioria dos contadores conhece muito o SPED, de certa forma esses dados apontam pelo fato dos contadores detêm mais conhecimento devido já vivenciarem a realidade expostas pelas empresas , enquanto os administradores estão buscando conhecimento na área.

Outro ponto percebido foi o grau de conhecimento dos profissionais em relação a nota fiscal eletrônica NF-e que hoje já é a verdadeira realidade de muitas empresas, diante disso constatou-se que os administradores estão com 50% de conhecimento razoavelmente, enquanto os contadores apresenta 62,50% afirmando que conhece bem, no entanto nota-se um percentual considerável para esses profissionais, que de certa forma estão obtendo informações contidas na grade curricular da instituição de ensino.

Após obter a coleta dos dados, os mesmos foram analisados e demonstraram que, o nível de conhecimento desses profissionais alcançou o resultado esperado para um curso de Pós Graduação, ou seja, boa parte dos entrevistados tiveram a oportunidade de aliar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, com a realidade do mercado de trabalho. Onde se evidenciou também, que os profissionais que já atuam na área, ou que, estão concluindo a Pós Graduação, detêm um maior

conhecimento a cerca do assunto abordado representando um percentual de 37,50%. Após o estudo, concluiu-se na profissão contábil é de suma importância a aprendizagem continuada para uma melhor qualificação profissional, onde a mesma deve ser iniciada na instituição de ensino, mas, que não se limite apenas a ela, que

Como limitação de pesquisa, destaca-se que a mesma foi realizada em uma única instituição de ensino superior (UNI-RN) localizado na cidade de Natal/RN.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, 1993.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como Elaborar **Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. In: BEUREN, Ilse Maria. LONGARAY, André Andrade. RAUPP, Fabiano Maury. SOUZA, Marco Aurélio Batista de. COLAUTO, Romualdo Douglas. PORTON, Rosimere Alves de Bona. Teoria e Prática. Atualizada de acordo com as Normas da ABNT: NBR 6034:2004, NBR 12225:2004. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica.

Disponível em:

<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=#pBji7NQarAw=>. Acesso em: 22 de junho 2011

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica**.

Disponível em:

<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=#A8ZFhBlu/eo=>. Acesso em: 27 de julho 2011

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica**.

Disponível em:

<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/perguntasFrequentes.aspx?tipoConteudo=7zEQFBPObw0=#hJPlm7eovtE=>. Acesso em: 27 de julho 2011

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica**.

Disponível em:

<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=#o5pqcSMQJw=>. Acesso em: 08 de agosto 2011

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Sistema Público de Escrituração Digital**.

Disponível em: [http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-](http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm)

[projeto/apresentacao.htm](http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm). Acesso em: 08 de agosto 2011

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Sistema Público de Escrituração Digital**.

Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/nfe/default.htm>. Acesso

em: 08 de agosto 2011

BRASIL. Ministério da Fazenda. Sistema Público de Escrituração Digital. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>. Acesso em: 08 de agosto 2011

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>. Acesso em: 15 de setembro 2011

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/efd-pis-cofins/o-que-e.htm>. Acesso em: 15 de setembro 2011

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/faq/efd-pis-cofins.htm>. Acesso em: 15 de setembro 2011

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Ajuste Sinief 07/05**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/>. Acesso em: 15 de setembro 2011

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>. Acesso em: 15 de setembro 2011

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7872007.htm>. Acesso em: 15 de setembro 2011

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2010/in10522010.htm>. Acesso em: 15 de setembro 2011

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa RFB nº 1.085, de 19 de novembro de 2010**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2010/in10852010.htm>. Acesso em: 17 de setembro 2011

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa RFB nº 1.161, de 31 de maio de 2011**. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2011/in11612011.htm>. Acesso em: 17 de setembro 2011

CORNACHIONE Jr., Edgar B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal – III: O Brasil na Era do Conhecimento: Como a Certificação Digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. Editora cafélaranja comunicação, 2009.